

# Ensaio

## Liberalismo e Cristianismo

O Instituto Ludwig von Mises de Auburn, Alabama prestou mais um serviço aos amigos da liberdade ao publicar a dissertação de doutoramento do Professor Ralph Raico. A dissertação, *O Lugar da Religião na Filosofia Liberal de Constant, Tocqueville, e Lord Acton*, foi aprovada pela Comissão de Pensamento Social da Divisão de Ciências Sociais da Universidade de Chicago, presidida pelo Professor F. A. Hayek.

**A** dissertação foi o resultado do período de pesquisa que Raico fez na Sorbonne em Paris. O livro contém uma introdução pelo Professor Jorg Guido Hulsmann da histórica Universidade de Angers, em França.

Como é que se pode não ficar feliz ao encontrar novamente referências a escritores da tradição clássica liberal? É de salientar Edouard Laboulaye, *L'état et ses limites* (Paris, 1865), Emile Faguet, *Politiques et moralistes du XIX siècle* (Paris, 1891), e Henri Michel, *L'idée de l'état* (Paris, 1896). F. A. Hayek, ao organizar as sessões do primeiro encontro da Sociedade Mont Pelerin, em Maio de 1947, deu primazia ao tópico: Cristianismo e Liberalismo. Emergindo da crise mundial da Segunda Guerra Mundial e da crise persistente provocada pela aceitação de ideias marxistas por par-



POR  
**Leonard  
P. Liggio**

Vice-Presidente  
da Atlas Economic  
Research Foundation

te dos intelectuais do ocidente, Hayek reconheceu que o declínio do liberalismo clássico estava relacionado com os alegados conflitos entre o Cristianismo e o Liberalismo. Quando os intelectuais liberais acharam que era importante aliar-se com governos autoritários ou socialistas contra a religião, o crescimento do estado foi inevitável. Ralph Raico descreveu o apoio dado ao *Kulturkampf* do Chanceler Alemão Príncipe Otto von Bismarck, contra a Igreja Católica na Alemanha, no *Die Partei der Freiheit* (Estugarda, 1999) traduzido por Guido Hulsmann.

O livro estuda três dos pensadores mais complexos do século dezanove. Cada um teve graves crises políticas e económicas. Benjamin Constant (1767-1830) era um protestante nascido na Suíça que se envolveu na política francesa desde o tempo da Revolução Francesa e passou um exílio em círculos universitários alemães. Alexis de Tocqueville (1805-1859) era filho de uma família normanda de oficiais nobres que sofreram durante o Terror; a sua educação foi ministrada sob o catolicismo jansenista e tinha tendência a não seguir as práticas religiosas regulares. John Emerich Edward Dalberg-Acton, 1º Barão de Acton (1834-1902) era neto do primeiro ministro das Duas Sicílias e sobrinho do Cardeal Acton; pelo lado da mãe estava relacionado com as casas nobres do sul da Alemanha e pelo lado do padrasto, Lord Grey, estava ligado à aristocracia Whig.

Raico apresenta as fases no pensamento de Benjamin Constant. Constant era visto como o exemplo do liberal clás-

sico do século XIX. Primeiro foi um estudante do Iluminismo, incluindo estudos na Universidade de Edimburgo. Apareceu em Paris depois de 1794 na época dos Ideólogos, discípulos de Condorcet, como por exemplo Destutt de Tracy, o que lhe valeu o exílio de Paris pelo Primeiro Cônsul Bonaparte. A sua crescente apreciação pelo movimento Romântico ocorreu quando Constant fazia pesquisa na área da história da religião na Universidade de Gotinga (Benjamin Constant, *De la religion considérée dans sa source, ses formes et ses développements* (5 volumes).

Durante a Restauração Bourbon (1814-1830) Constant conduziu com sucesso a oposição Liberal a vitórias eleitorais e proferiu palestras sobre o liberalismo constitucional. Ler o trabalho de Constant, juntamente com a economia de J. B. Say e a história francesa de Comte Montlosier, conduziu ao novo nível de Liberalismo de Charles Comte e Charles Dunoyer após a 1ª Restauração e os Cem Dias de Bonaparte em 1815.

Desde muito cedo que Constant rejeitou o utilitarismo optando pela ética kantiana. Constant baseou-se na ética de John Locke e Montesquieu e desafiou o utilitarismo com uma filosofia de lei natural. De acordo com Raico, Constant pensou que «Há por isso uma tendência no próprio utilitarismo para minar a sua própria fundação. Isto funciona tanto a nível da moralidade privada como a nível da moralidade política. A nível da moralidade privada, é de salientar que, sendo a natureza humana aquilo que é, é provável que a não ser que a moralidade seja estabelecida como deduzível de um código objectivo, as pessoas tenham tendência a tomar decisões sobre questões morais em favor dos seus desejos do momento...O utilitarismo corre o risco constante de ver o seu código moral afundar-se no recife da susceptibilidade humana para a tentação. Além disso, promove este perigo, pois o próprio termo «utilidade» apela para o desejo em vez de apelar para o dever. Constant sugere que, a este respeito, os utilitaristas ingleses não eram tão perceptíveis quanto Helvétius; sobrestimaram o poder da razão, mesmo a razão dedicada ao cálculo que um indivíduo faça sobre o seu próprio interesse em inibir as paixões presentes de procurarem de forma imprudente a sua satisfação...A mesma tendência da ética utilitarista para degenerar em caos moral também fun-

cionou a nível político. Aqui sem dúvida que Constant tinha em mente sobretudo o Terror, que ele condenou mesmo na sua fase republicana e racionalista.»

Para Constant o progresso da civilização ocidental estava a chegar a um ponto de perigo. A afluência material estava a criar uma passividade política que abriu caminho para a dominação política. O crescimento da passividade política «tende a levar a uma sobrevalorização do valor da ordem e da estabilidade na sociedade, pois o indivíduo hesitará em arriscar a posição desejável que alcançou... Em segundo lugar, uma ênfase excessiva na ordem implica necessariamente uma aceitação da vinda para o poder da facção mais forte, a que melhor preserva a ordem... Para Constant o estado de espírito moderno representava sem dúvida um risco muito grave. Na perspectiva do seu «ódio ao estado» (ou, pelo menos, grande desconfiança relativamente ao estado), depreende-se que os detentores de poder político, de um modo geral, estarão sempre envolvidos numa guerra fria contra os direitos do homem.» Constant, num debate com Charles Dunoyer na década de 1820, observou que foram os camponeses materialmente inferiores de Espanha e da Rússia que desafiaram o poder de Napoleão, enquanto a Europa civilizada aceitou a tirania napoleónica. Foi a luta de guerrilha que destruiu o exército mais poderoso da Europa. Para Constant, os elevados sentimentos religiosos dos opositores do poder e as emoções religiosas populares dos camponeses espanhóis e russos foram importantes para a preservação da liberdade.

Raico investiga a influência da «Liberdade dos Antigos e dos Modernos» de Constant. «Não foi de forma nenhuma devido ao simples gosto pela antiguidade que uma série de liberais importantes, ao longo do século XIX, se dedicou à análise das antigas repúblicas. Edouard Laboulaye e Fustel de Coulanges em França, o germano-americano Francis Lieber, Jacob Burckhardt e Lord Acton, todos realçaram o carácter essencialmente iliberal das repúblicas clássicas. No entanto, o primeiro escritor a elaborar detalhadamente sobre o tema é Constant.» Constant mostra que Rousseau e os outros democratas totalitários recorreram à antiga ideia de liberdade como participação no fórum público. A liberdade moderna tem a ver com os di-

reitos privados de cada indivíduo. Constant vê o movimento do antigo para o moderno na evolução da cultura militar para a cultura comercial, tal como mais tarde Herbert Spencer desenvolveu.

Para Raico, David Hume antecipou-se a Constant na compreensão da relação entre a religião e as instituições políticas, e Constant antecipou-se a Alexis de Tocqueville relativamente ao papel da religião na civilização moderna. Raico conclui a sua análise detalhada da investigação de Constant sobre a religião: «Assim, para Constant, a liberdade tinha necessidade da religião sobretudo porque o tipo de indivíduo moralmente elevado – o homem que resiste generosamente à tirania quando esta é dirigida a outros, com firmeza e determinação quando lhe é dirigida, e apesar da fraqueza moral dos outros à sua volta – é mais bem alimentado por uma ética marcada pela religião.»

Alexis de Tocqueville situou a continuidade do crescimento do estado francês a começar no reinado do Rei Filipe o Belo antes de 1300 (Tocqueville, *The Old Regime and the French Revolution* (Garden City, N. Y., 1959)). A centralização do poder era o objectivo constante dos políticos. Tocqueville capturou o processo numa parte da conclusão do segundo volume de *Democracy in America*: «Na proporção em que as funções do poder central são aumentadas, tem também de aumentar a quantidade de funcionários públicos por quem esse poder é representado. Eles formam uma nação dentro de cada nação; e conforme partilham a estabilidade do governo, preenchem cada vez mais o lugar de uma aristocracia. Em quase todos os sítios da Europa o governo governa de duas maneiras: governa uma parte dos cidadãos através do medo que estes sentem pelos seus agentes, e a outra parte através da esperança que têm de se tornarem os seus agentes.»

Raico estuda a ênfase de Tocqueville na crença religiosa como guardião da liberdade. Tem sido muitas vezes referido que Tocqueville atribuiu uma grande prioridade à reconciliação entre as atitudes religiosas e liberais que, na sua opinião, tinham sido artificialmente e perniciosamente viradas umas contra as outras pelos escritores do século dezoito. Em 1836, ao explicar a ideia básica de *Democracy* (cujo primeiro volume tinha acabado de aparecer), escreveu... «O que mais e sempre me surpreen-

de no meu país, sobretudo nestes últimos anos, é ver colocados de um lado os homens que dão valor à moralidade, à religião e à ordem, e do outro aqueles que amam a liberdade e a igualdade dos homens perante a lei.» Em vez de estarem assim alinhados uns contra os outros, na verdadeira ordem das coisas eles estão alinhados: «Parece-me, por isso,» acrescenta Tocqueville, «que um dos maiores feitos do nosso tempo seria o de demonstrar que estas coisas não são incompatíveis; que, pelo contrário, elas estão ligadas de tal maneira que cada uma delas fica enfraquecida pela separação. Esta é a minha ideia fundamental.»

Tocqueville, ao escrever *Democracy*, encontrou-se frequentemente com Liberais ingleses, como John Stuart Mill e Nassau Senior; fez parte do parlamento e durante um curto período de tempo foi ministro dos negócios estrangeiros; mas na sua última década, devido ao Segundo Império de Louis Napoleão, Tocqueville dedicou-se à pesquisa histórica sobre o crescimento do estado.

Lord Acton não foi admitido em Oxford nem em Cambridge por causa da sua religião católica; foi para a Universidade de Munique onde viveu na residência e biblioteca do seu mentor, Ignaz von Dollinger (1799–1890). Intimamente ligado aos Liberais ingleses, sobretudo a William Gladstone, Acton procurou concentrar-se na política doméstica e externa numa perspectiva católica, numa época em que se verificou um crescente anticlericalismo entre os Liberais europeus. Bem versado na história da Igreja, ele tinha dúvidas relativamente a alguns decretos do primeiro Concílio do Vaticano em 1870. Nos seus escritos históricos Acton mostrou uma opinião mais elevada dos homens da Igreja. Foi nomeado Regis Professor de História Moderna na Universidade de Cambridge e editou a famosa série *Cambridge Modern History*.

No início Acton recorreu a Edmund Burke e aos pensadores alemães do século XIX para um ponto de vista relativista ou historicista. Mas acabou por desenvolver uma perspectiva diferente. Raico observa: «Acton foi considerando cada vez mais a lei moral como sendo na realidade uma entidade independente, transcendendo a história e todas as instituições, incluindo a Igreja Católica. Assim foi possível considerar que em certas alturas e em determinadas condições



**A religião cristã teve, e podia ter, esse papel externo em circunstâncias históricas específicas. Este foi um tema do contraste que Acton fez entre liberdade na antiguidade e liberdade no Cristianismo. Acton expressou este tema em muitos sítios. Num deles, afirmou: «Toda a liberdade consiste, in radice, na preservação de uma esfera interior isenta do poder do Estado**

favoráveis, os homens a actuar na história fossem chegar ao mesmo discernimento, actuar de maneira equivalente, e desta forma dar um «salto histórico», que não seria completamente explicado pela abordagem historicista.»

Raico resume as conclusões de Acton relativamente ao poder político:

«O que estava a faltar era governos eficientemente limitados; não havia «nenhum Estado cuja circunferência da sua autoridade tenha sido definida por uma força externa a si.» Nesta passagem tão cheia de sentido, podemos discernir o fruto das reflexões de Acton sobre o poder. Concordou com Montesquieu e Calhoun (entre outros) que a tendência para abusar do poder e para o alargar à custa dos outros é uma parte componente da natureza humana. Por esta razão, a doutrina de controlos e equilíbrios e a divisão de poderes (particularmente incluindo o federalismo) é a fundação da teoria liberal da organização do estado. A «Liberdade», defende Acton, «depende da divisão do poder.» Esta dou-

trina tenta dividir os poderes à disposição do estado entre os seus vários ramos, na expectativa de que deste modo a vontade de poder de um dos ramos seja controlada pelos outros, evitando assim que apenas uma vontade alcance o controlo total. No entanto, até agora nada se conseguiu para o objectivo de limitar toda a gama de poderes do estado. Isto não pode ser feito por ninguém que faça parte do aparelho de estado, e teria de se convencer uma força externa ao estado a, de algum modo, assumir a tarefa.»

Acton acreditava que essa situação tinha sido radicalmente modificada pelo Cristianismo. A religião cristã teve, e podia ter, esse papel externo em circunstâncias históricas específicas. Este foi um tema do contraste que Acton fez entre liberdade na antiguidade e liberdade no Cristianismo. Acton expressou este tema em muitos sítios. Num deles, Acton afirmou: «Toda a liberdade consiste, *in radice*, na preservação de uma esfera interior isenta do poder do Estado. Essa reverência pela consciência é o germe de toda a liberdade civil, e a forma como o Cristianismo a serviu...a liberdade surgiu da distinção (separação é uma palavra má) entre a Igreja e o Estado.»

Raico conclui que «Acton realça que certamente não era intenção consciente da Igreja Católica promover a liberdade.» Acton não viu a assistência dada à liberdade por parte da Igreja Católica como algo de sobrenatural, apenas normalmente naturalista. Acton declarou: «Manter a imunidade necessária numa esfera suprema, reduzir toda a autoridade política dentro de limites definidos, deixou de ser uma ambição de racionadores pacientes, para ficar ao cuidado permanente da mais energética e mais universal associação do mundo.»

Raico conclui que Constant, Tocqueville e Acton foram muito influenciados pelos acontecimentos da Revolução Francesa e todos repudiaram os pensadores do século XVIII que, diz-se, a inspiraram. Ele cita as *Lectures on the French Revolution* de Acton: «todas estas facções de opinião (na França pré-Revolucionária) eram consideradas Liberais: Montesquieu, porque era um Tory inteligente; Voltaire, porque atacou o clero; Turgot, como reformador; Rousseau, como democrata; Diderot, como livre-pensador. A única coisa em comum que eles têm é o desprezo pela liberdade.» ■